13:09 23%

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Revoada

O presidente do PSDB, Marconi Perillo, disse ao ex-presidente Michel Temer (MDB) em conversa na semana passada que se o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), quisesse o apoio tucano, não deveria ir ao ato convocado para domingo (25) por Jair Bolsonaro (PL). Perillo também afirmou que o partido gostaria de escolher nome para a vice do emedebista. Sobre a manifestação, Temer ponderou que o MDB havia aconselhado que Nunes não fosse, mas que ele já tinha tomado a decisão de comparecer.

DECANTAÇÃO Temer afirma, via assessoria de imprensa, que as ponderações na conversa foram feitas para serem analisadas com o tempo. Ele também diz que Nunes manteve toda a estrutura do PSDB herdada de Bruno Covas e que acredita que os partidos caminharão juntos na eleição. Perillo diz, por meio de sua assessoria, que não tratou do tema com o ex-presidente.

ELES, NÃO O tucano Eduardo Leite, governador do RS, declarou ao jornal O Globo na segunda (26) que o PSDB não deve apoiar o emedebista porque ele escolheu se associar a Bolsonaro. As alternativas avaliadas no PSDB são o lançamento de candidatura própria ou o apoio a Tabata Amaral (PSB).

UMBIGO Secretário-executivo do gabinete de Nunes, o tucano Fábio Lepique afirma que "Leite e seus asseclas querem demolir o projeto de Bruno Covas" para lançar um nome próprio e ter um palanque em 2026 para uma possível candidatura presidencial.

QUINTAL "Se ele acha que não há problemas no Rio Grande do Sul para cuidar, tudo bem. Mas beneficiar a chapa 'Inva-de e Taxa' [Guilherme Boulos (PSOL) e Marta Suplicy (PT)], por cálculo eleitoral de seu futuro, é demais para São Paulo. Não merecemos", afirma.

CREDENCIAIS O governo de Javier Milei quer enviar um diplomata de carreira que já tenha experiência no Brasil para ser embaixador da Argentina em Brasília. O perfil difere do último ocupante do cargo, Daniel Scioli, político peronista indicado pelo ex-presidente Alberto Fernández em 2020.

ÀS ARMAS A equipe da deputada Tabata Amaral descarta um pacto de não agressão com Guilherme Boulos na eleição, segundo o qual ambas as campanhas concentrariam os ataques em Ricardo Nunes e evitariam críticas mútuas mais pesadas. Dirigentes do PT e o próprio presidente Lula já fizeram sugestões nesse sentido.

EQUIDISTANTE Na visão do grupo da pré-candidata, tal armistício dificultaria a estratégia de apresentá-la como uma alternativa aos problemas da esquerda e da direita. A ideia é a de que Tabata faça críticas de mesma intensidade a Boulos e Nunes.

CARTÃO... Deputados de oposição que tumultuaram a homenagem pelos 40 anos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na Câmara dos Deputados deveriam sofrer alguma punição para que o comportamento não se repita em outras sessões, defende Ceres Hadich, da coordenação nacional do grupo.

...VERMELHO "É um desrespeito com a Casa, com os colegas de trabalho, com o povo brasileiro, com toda a sociedade brasileira", diz.

BANDEIRA... O Detran de São Paulo estima que a extinção do uso de papel representou, desde 2023, economia de quase R$ 1,5 milhão em locação e manutenção de espaços. Foram mais de 280 mil caixas de documentos eliminados após a digitalização até janeiro deste ano.

...QUADRICULADA Enfileiradas, elas somam cerca de 40 km, ou quase dez voltas no circuito do autódromo de Interlagos.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Júlia Barbon

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
796.948 exemplares (dezembro de 2023)

Congresso controla ao menos 30% da verba de 7 ministérios de Lula

Deputados e senadores ampliam poder sobre pastas estratégicas em ano de eleição; Lira reclama de ritmo de execução dos recursos

Mateus Vargas

BRASÍLIA O Congresso controla ao menos 30% das verbas de aplicação não obrigatória em sete ministérios do governo Lula (PT). A lista inclui pastas estratégicas, como Saúde, Justiça e Integração.

Os deputados e senadores têm maior poder sobre o orçamento discricionário do Esporte (80% do total) e do Turismo (70%), ambos comandados por ministros do centrão.

Verbas discricionárias são as não comprometidas com salários e outras obrigações e que podem ser usadas em obras e investimentos públicos —portanto, cobiçadas em ano de eleições municipais.

O maior volume de emendas foi para a Saúde: R$ 22,1 bilhões dos R$ 47,6 bilhões reservados no Orçamento de 2024 para indicações individuais, das bancadas estaduais e das comissões do Congresso.

Cerca de 40% dos recursos discricionários da pasta comandada por Nísia Trindade estão nas mãos do Congresso. A proporção é similar à do fim de 2023, mas superior aos 23% registrados em 2019.

Mesmo com controle inédito do Orçamento, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), divulgou queixas de parte do Congresso sobre o ritmo de execução das emendas.

"O Orçamento da União pertence a todos e todas e não apenas ao Executivo, porque, se assim fosse, a Constituição não determinaria a necessária participação do Legislativo em sua confecção e final aprovação", disse Lira na abertura do ano legislativo.

No valor das emendas ainda há R$ 8,1 bilhões das chamadas transferências especiais, modalidade em que o parlamentar envia o recurso diretamente ao estado ou município sem um projeto específico.

As emendas são uma forma com que deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso é atender seus redutos eleitorais, e não exatamente as localidades de maior demanda no país.

Assessora política do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), Alessandra Cardoso afirma que o poder do Congresso sobre o orçamento dificulta a execução das políticas públicas.

"Para as emendas, o que importa muitas vezes não é a política pública, mas o quão fácil é transferir recurso para aquela localidade, para aquela base. Atender, então, aos interesses que são muito localistas e também muito corporativistas", diz.

Para ela, isso "muitas vezes, entra em conflito direto com a lógica que o próprio processo de planejamento da política pública e do orçamento deve estabelecer".

Cerca de 20% dos recursos discricionários do governo Lula são controlados pelo Congresso. O percentual é menor do que os 10% em 2019 e chegou a 27% no governo Jair Bolsonaro.

Em dezembro, a presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR) disse, nas redes sociais, que há "um parlamentarismo orçamentário" ao se referir ao aumento das verbas de indicações de deputados e senadores.

"Num país que precisa de investimentos estruturantes, o Parlamento apostar na pulverização de recursos para atender seus interesses é irresponsabilidade. É usurpação das funções do Poder Executivo", afirmou.

Recém-chegado ao Ministério da Justiça, Ricardo Lewandowski encontrou a pasta sob maior domínio do Congresso. As emendas, que ocupavam 14% dos recursos discricionários no ano passado, são 37% da verba do órgão em 2024.

Indicações parlamentares na Justiça visam principalmente para equipar forças de seguranças locais, por exemplo, com novas viaturas, armas e sistemas de monitoramento.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou emendas de R$ 20,6 milhões para a Justiça, o maior repasse de um único parlamentar ao ministério. O filho do ex-presidente determinou a compra de drones e capacetes, além de R$ 10 milhões em fuzis para a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Em ministérios de verba curta, as emendas também contam. Na pasta das Mulheres 60% dos recursos estão nas mãos do Congresso. Em nota, o ministério disse que as emendas estão alinhadas com as políticas da pasta.

Outros ministérios são menos atrativos aos parlamentares. O Meio Ambiente recebeu apenas R$ 78,2 milhões em emendas, cerca de 5,7% da verba discricionária do órgão comandado por Marina Silva.

"A leitura mais rasa é que meio ambiente não dá voto. Aponta ainda, do ponto de vista dos municípios, principalmente, o quanto a política ambiental não é prioritária ou como ela é muito mais feita de processos de atividade meio e ligada menos a investimentos, a compras de equipamentos, a coisas que, normalmente, as prefeituras gostam", avalia Cardoso.

Em janeiro, ao se referir à execução das emendas parlamentares, Lula disse que o seu governo estabeleceu uma "relação democrática" com o Congresso, enquanto Bolsonaro não tinha "governança".

"Ele não tinha governança, quem governava era o Congresso Nacional. Ele não tinha sequer capacidade de discutir Orçamento. Porque ele não queria ou porque não fazia parte da lógica deles. O que ele queria é que deputados fizessem o que quisessem", disse.

Os parlamentares têm poder inédito sobre o Orçamento nos últimos anos, mas há diversos exemplos de mau uso dos recursos. Como distorções na entrega de caixas-d'água em regiões secas com emendas direcionadas à Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

A Polícia Federal também investiga se verbas indicadas por parlamentares à mesma companhia foram desviadas.

Um dos inquéritos tem por alvo o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil). A suspeita é de que ele foi beneficiado com o dinheiro de obras de pavimentação executadas por empresa suspeita de corrupção. Juscelino nega qualquer irregularidade.

A partir de 2015, a execução de parte das emendas se tornou impositiva, não mais decisão política do governo.

Deputados discutem propostas no plenário da Câmara Zeca Ribeiro /Câmara

DEPUTADO QUE ASSINOU IMPEACHMENT DE LULA NÃO QUER SER GOVERNO, DIZ PADILHA
O ministro Alexandre Padilha disse nesta quarta (28) que quem assinou o pedido de impeachment do presidente Lula (PT) não quer participar do governo, mas que ainda aguarda a lista de nomes para discutir "providências". Na semana passada, deputados bolsonaristas passaram a colher apoiamentos para o pedido de impeachment do presidente, por ele ter comparado as mortes na Faixa de Gaza ao Holocausto. "Se um parlamentar assina um negócio como esse, alguém está dizendo que não quer participar desse governo. O que não significa que não possa mudar a posição dele", disse Padilha. "Agora não vai ter nenhum tipo de discriminação sobre a execução orçamentária", completou. "Na medida em que nos apresentar nessa lista, vamos ver quais providências devem ser tomadas", afirmou ainda, sem especificar o que seriam providências.

Nísia explica a congressistas critério para liberar emendas

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, recebeu nesta quarta (28) um grupo de líderes da Câmara dos Deputados, em meio a insatisfação das lideranças com os repasses da pasta. Os parlamentares têm se queixado sobre o que dizem ter sido baixa execução orçamentária no fim do ano passado, principalmente na Saúde.

Na reunião, a equipe de Nísia apontou que cerca de 98% da verba de emendas da pasta foi empenhada em 2023.

Também quis se antecipar a novas crises com o Congresso e disse aos parlamentares que está aberta para dialogar sobre critérios para execução das emendas. A pasta está elaborando uma portaria que inclui as emendas de Comissão de Saúde da Câmara.

Isso porque o colegiado terá R$ 4,5 bilhões em emendas para distribuir, e a verba para a Saúde nas mãos das comissões alcançou cerca de R$ 40 milhões no ano anterior.

Técnicos da Saúde dizem que a portaria ainda está em elaboração, mas deve seguir critérios já definidos a outros tipos de emendas, como um teto de verba que pode ser enviado para cada cidade e município.